



Novo posto de atendimento fortalece oportunidades de formação na Região de Cachoeira do Sul

O Centro de Integração Empresa Escola do Rio Grande do Sul (CIEE-RS) inaugurou, na última quarta-feira (07), um novo posto de atendimento em Cachoeira do Sul. A nova estrutura representa mais um passo na trajetória da instituição no município, onde atua desde 1995, e amplia as condições de atendimento a estudantes, jovens aprendizes, empresas e instituições parceiras de uma região que reúne 15 cidades.

Governo federal anuncia perdão de dívidas a MEIs

Pacote inclui ainda depósitos de R\$ 5 mil para integrantes da categoria

/ CONJUNTURA

O governo federal anunciou ontem o envio ao Congresso de um projeto de lei que perdoa dívidas de microempreendedores individuais (MEIs) com o governo federal. Também prometeu, sem dar detalhes, depósitos de R\$ 5 mil para integrantes dessa categoria.

A medida e a promessa vêm a 12 dias do segundo turno em que o petista tenta a reeleição como presidente da República. A ação é parte de um pacote que o governo batizou como “Prospera MEI”. O anúncio foi realizado no Palácio do Planalto, com a presença do presidente e de diversos ministros.

O perdão das dívidas deverá beneficiar 3,6 milhões de MEIs que devem cerca de R\$ 12,6 bilhões, de acordo com o ministro Paulo Pereira (Empreendedorismo). “Qual é a grandeza da União? É simplesmente limpar o nome de vocês”, disse Lula sobre o programa a uma plateia com microempreendedores.

O ministro mencionou, em seu discurso, que o governo desenha uma ação chamada PixMEI. Seria um depósito de até R\$ 5 mil a fundo perdido para microempreendedores aumentarem sua capacidade produtiva. Não foram apresentadas informações sobre quantas pessoas poderiam ser beneficiadas nem sobre o custo do programa.



Medida é lançada a 12 dias do segundo turno das eleições presidenciais

Ao discursar, Lula transformou a ideia em promessa. “Nós vamos criar um Pix de até R\$ 5 mil”, declarou o presidente da República. O petista também anunciou uma flexibilização sobre emissões de notas fiscais por MEIs.

Além disso, o pacote anunciado nesta terça-feira incluiu um edital do Desenrola 3, programa em que o governo federal compra dívidas de cidadãos, voltado aos microempreendedores individuais.

“Estamos anunciando o lançamento de um edital específico para pagar as dívidas privadas dos MEIs. Vida nova, gente. Dívida pública resolvida, dívida privada resolvida”, declarou Paulo Pereira.

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse que há cerca de

R\$ 6 bilhões em dívidas privadas dos microempreendedores. Esses débitos poderão ser comprados pelo governo federal dos bancos com descontos de ao menos 90%, segundo ele.

Os microempreendedores individuais formam um segmento da sociedade no qual Lula tem dificuldade de atrair eleitores. Nas contas do governo federal, são 17,6 milhões de microempreendedores individuais cadastrados no País.

O presidente tem prometido em sua campanha o aumento do limite de faturamento anual dos MEIs, também em uma tentativa de aumentar sua popularidade junto a esse setor. Já há uma proposta do governo nesse sentido tramitando no Congresso. O limite passaria dos cerca de R\$ 80 mil atuais para R\$ 140 mil até 2028.

PEC do fim da 6x1 deve ser votada hoje, após 5ª sessão de discussão

/ CONGRESSO NACIONAL

A proposta de emenda à Constituição que acaba com a jornada de trabalho 6x1 passou pela quarta sessão de discussão no Plenário do Senado ontem. A quinta e última sessão regimental em primeiro turno está prevista para hoje. As informações são da Agência Senado.

A líder do governo, senadora Teresa Leitão (PT), anunciou um requerimento de calendário especial para acelerar a tramitação da proposta. Se a quebra de interstícios for aprovada, há a possibilidade de a PEC ter os dois turnos de votação concluídos ainda hoje.

De autoria do deputado federal Reginaldo Lopes (PT) – que estava presente no Plenário durante o debate –, a PEC 221/2019 foi aprovada pela Câmara dos Deputados por ampla maioria. No Senado, ela havia recebido 36 emendas até esta terça-feira, todas rejeitadas pelo relator no Senado, o senador Omar Aziz (PSD).

No comando da sessão, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que o fim da escala 6x1 “vai mudar a vida de milhões de trabalhadores brasileiros”. Davi informou que a base do governo já conseguiu as assinaturas necessárias e que o requerimento de quebra de interstício deverá ser votado após a quinta sessão

de discussão.

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Otto Alencar (PSD), disse que os trabalhadores merecem ter mais um dia de descanso. “Amanhã (hoje), pela lucidez dos senadores, nós haveremos de fazer a redução dessa jornada”, concluiu.

Para ser aprovada, uma proposta de emenda à Constituição precisa passar por cinco sessões de discussão antes da votação em primeiro turno, e por mais três sessões de discussão para votação em segundo turno, tudo no Plenário. A PEC precisa obter pelo menos 49 votos favoráveis em cada turno para ser aprovada.

A PEC 221/2019 reduz a jornada máxima de trabalho semanal de 44 para 40 horas. A proposta fixa período de até oito horas diárias, com possibilidade de compensação de horários e redução da jornada por acordo ou convenção coletiva de trabalho. O texto também estabelece repouso semanal remunerado de dois dias, um deles preferencialmente aos domingos, sem redução salarial.

A redução da jornada e a ampliação do repouso semanal remunerado se aplicam aos contratos vigentes, sem qualquer redução salarial – nominal, proporcional ou de outra natureza –, regra que também vale para os pisos salariais.

FMI prevê aumento de 2,2% do PIB do Brasil em 2026

O Fundo Monetário Internacional (FMI) projetou o crescimento da economia brasileira em 2,2% em 2026, no documento Perspectivas da Economia Mundial, divulgado na noite de segunda-feira. Na versão anterior do estudo, publicada em julho, a estimativa era de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de todos os bens e serviços produzidos no país) em 2,4%. Para 2027, a previsão de avanço passou de 2,2% para 1,9%.

Apesar da redução para 2026, a projeção do FMI se mantém acima do esperado pelo próprio governo brasileiro. O Bole-

tim Macroeconômico da Secretaria da Política Econômica do Ministério da Fazenda, divulgado em setembro, baixou a estimativa de crescimento do PIB de 2,3% para 2,0%. Já o Focus, sondagem do Banco Central (BC) brasileiro com instituições do mercado financeiro, prevê avanço de 1,85% em 2026 e 1,40% em 2027.

Ao comentar os dados do Brasil, maior economia da América Latina, os técnicos do FMI apontam como motivo para desaceleração as condições monetárias ainda restritivas, ou seja, os juros altos, além da retirada de estímulos fiscais e as incertezas internacionais.

Os juros altos citados pelo FMI se referem à taxa Selic, principal instrumento do BC para conter a inflação. Quanto maior a Selic, mais caro o crédito, fazendo com que haja desestímulo para o consumo e investimentos produtivos, de forma a esfriar a economia.

O relatório do FMI traz projeções para a inflação. Os técnicos acreditam que o Brasil terminará 2026 com taxa de 4,4% e, em 2027, 4,1%. Ambas estimativas estão dentro da meta do governo brasileiro, que tolera até 4,5% (3% com margem de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos).

14 de
OUT
a partir das 12h

Tána
Mesa
FEDERASUL

Apoio:
Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

ANÁLISE E PERSPECTIVAS
DAS ELEIÇÕES 2026

Cleber Benvegnú

Elis Radmann

CORSA
taxgroup
STIHL
SETCERGS
sulgás
CDL POA

ICATU
rio grande
S. L. L. A.
FEEVALE
LAVRAS DO SUL

banrisul
BRDE
Wilton
Unimed
SEBRAE